

CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DE GRÃOS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA AMAZÔNIA

ÁREA TEMÁTICA: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

Débora Assumpção e Lima

Doutoranda do Departamento de Geografia – UNICAMP

deborassumpcaolima@gmail.com

RESUMO

Objetiva-se analisar os avanços da produção de grãos na fronteira agrícola moderna localizada na Amazônia Legal. Um dos pressupostos para a consolidação de uma agricultura moderna atrelada ao mercado global de alimentos é a organização de um circuito espacial produtivo que conecta pontos seletivos do território à dinâmica global. Neste sentido, serão investigadas as transformações do espaço agrário relacionadas ao circuito espacial produtivo de grãos no sul de Rondônia (principalmente nos municípios de Vilhena e Cerejeiras), Pará (em especial Santarém e Itaituba), no centro-leste do Tocantins (Porto Nacional, Pedro Afonso e Campos Lindos), Maranhão (Balsas, São Luís) e no centro-norte do Mato Grosso – Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Campo Novo dos Parecis e Querência. Além disso, a dinâmica produtiva centralizada no cultivo da soja para exportação encontra novos gargalos logísticos (i.e, o escoamento da produção da entressafra do milho); mostrando a fragilidade dos lugares que assumem conteúdos específicos no circuito produtivo frente à acumulação de capitais das grandes empresas.

Esse processo de crescimento de cultivares dentro da lógica da agricultura moderna é acompanhado por uma situação de seletividade espacial. A concorrência comercial e produtiva, exacerbada nas regiões competitivas (CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010), com a gradual ocupação dos mercados de alimentos pelos estabelecimentos de maior escala e a intensificação tecnológica vêm lentamente, encurralando os demais produtores rurais ligados a outros processos de produção.

No âmbito do circuito espacial produtivo de grãos a ser estudado, as grandes empresas atuam em diversas formas de acumulação de capital: arrendando terras, controlando o preço da *commoditie*, o armazenamento, financiamento para a compra de insumos e maquinários, criando uma lógica perversa no campo. O sistema de financiamento dos produtores de soja mantido pela grande empresa privada é ilustrativo das diversas formas de atuação desse capital, onde se realiza o circuito completo de sua valorização.

Palavras-chave: modernização da agricultura; seletividade espacial; soja; Amazônia Legal.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a Amazônia Legal se insere no mercado internacional ligado ao complexo de grãos, carne bovina, minério de ferro e alumínio. As atividades referentes à produção modernizada de grãos se deslocam para pontos seletivos da Amazônia, onde milhões de hectares passam a ser objeto de

apropriação – uma parte voltada à produção e outra à especulação do mercado imobiliário de terras –, nos quais cerca de 60 % da área recenseada estaria sob o controle da agricultura empresarial (estabelecimentos com área superior a 1000hectares) (BUAINAIN et al., 2014).

O período técnico-científico informacional tem como um dos seus elementos diferenciados a globalização, no qual o território brasileiro deste período possui lugares selecionados alinhados com os objetos técnicos mais avançados, apto a negociar com o mundo (TOZI, 2003). Assim, nas últimas décadas, o Brasil tem apresentado crescentes taxas de produção de *commodities* agrícolas, resultado do avanço da agricultura moderna no país. Essa modernização da agricultura avança para as regiões amazônicas, realizando-se em espaços seletivos de modernização acompanhados pelo avanço da produção de grãos (principalmente soja e milho) e da agropecuária voltada ao comércio exterior.

Sem dúvida, a década de 1990 serve para demarcar a inserção da Amazônia Legal no processo de globalização no que tange a oferta de *commodities*. A pecuarização é retomada em antigos (Pará e Acre) e novos territórios (Rondônia e Roraima) e a soja inicia sua caminhada para áreas centrais da Amazônia (Pará e Rondônia), além de intensificar-se no Cerrado, especialmente nos estados do Tocantins e do Maranhão (BUAINAIN et al., 2014).

Neste contexto, o agronegócio tendo como seu modelo de produção a agricultura de precisão¹ vem se expandindo, e em 2013 representou 47,5% da participação dos produtos na balança de exportação. Desde 2011, o agronegócio tem exportado cerca de US\$ 100 bilhões por ano (BRASIL, 2013). A soja – em grão (US\$ 22,8bi), farelo (US\$6,8bi) e óleo (US\$1,4bi) – gerou uma receita de US\$ 31bilhões no ano de 2013 (BRASIL, 2014), respondendo por 12% do valor das exportações brasileiras (ABIOVE, 2014).

O movimento espacial do capital globalizado ganhou relevante expressão econômica e política a partir da década de 1990, avançando nos cerrados e no bioma amazônico. A atuação do Estado como mediador e regulador da entrada de capitais foi fundamental para o avanço do capitalismo no campo brasileiro. De uma atuação que concebeu, financiou e executou a integração nacional entre 1965-1985 com grande impacto na Amazônia, o Estado agora prioriza suas ações por meio de agências reguladoras, permanecendo com ação direta, sobretudo, no setor energético, de infraestrutura pesada e no financiamento da produção (BRASIL, 2010).

Outras ações governamentais para a Amazônia, como Plano Amazônia Sustentável (PAS), a articulação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) tem sido desenvolvidas. A articulação destes investimentos ocorre com as rodovias já estabelecidas, segundo as potencialidades naturais, tal como proposto na Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e levando-se em conta sua compatibilização com os vetores logísticos referidos no Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), também importantes para balizar a dinâmica contemporânea de entrada de capitais (SILVA, 2008). Juntamente a tais ações, podemos ainda citar o Programa Avança Brasil, lançado em 2000, que tem como objetivo o estudo dos eixos nacionais de desenvolvimento; Política Nacional de Desenvolvimento Regional, Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), financiado pelo governo federal e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em implementação desde 2002. A estratégia territorial componente central do Avança Brasil e dos outros

¹“A agricultura de precisão está associada a estratégias de gestão que utilizam a tecnologia da informação para o recolhimento e análise de dados a fim de apoiar decisões relacionadas à agricultura. Estes sistemas informatizados também se destinam a aumentar a eficácia e a eficiência da produção em uma área específica ou em toda a propriedade, além de buscar maiores ganhos com minimização simultânea dos custos de produção e impactos ambientais por atividades agrícolas e pecuárias, embora o sistema por si só não implica necessariamente uma produção ambientalmente amigável (LOCATEL e CHAPARRO, 2004, s/p).

programas visa intensificar a fluidez do território extremamente seletiva, pautada numa logística² complexa, sistemas multimodais de transporte e comunicações (LIMA, 2014).

CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DE GRÃOS E OS CORREDORES LOGÍSTICOS DA AMAZÔNIA

Um dos pressupostos para a consolidação de uma agricultura moderna atrelada ao mercado global de alimentos é a organização de um circuito espacial produtivo que conecta pontos seletivos do território a dinâmica global. Nesse sentido, o circuito espacial produtivo de grãos³ na Amazônia envolve três corredores logísticos: Centro-Norte, Rio Madeira e Cuiabá-Santarém (CONAB, 2005).

O Corredor Centro-Norte foi instituído pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 228/2012. O corredor abrange os estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, em sua totalidade; o estado de Goiás, acima do paralelo de 16° de latitude; os municípios do sudeste do Pará e o nordeste do Mato Grosso.

O Corredor Centro-Norte se constitui no principal conjunto multimodal de transportes, destinado a interligar a região central do País ao Norte e ao Nordeste, através da Hidrovia Araguaia-Tocantins, da Ferrovia Norte-Sul e da Estrada de Ferro Carajás, com integração ao sistema rodoviário convencional e ao sistema ferroviário da Companhia Ferroviária do Nordeste.

A importância estratégica do corredor está relacionada à necessidade premente de escoar a produção agrícola, mineral e industrial da região central do País, bem como na necessidade de dotar essa área, que corresponde a mais de 40% do território brasileiro, da infraestrutura exigida pelo seu expressivo dinamismo econômico[...] A implantação de um programa especial para a área do Corredor Centro-Norte contribuirá inegavelmente para a integração nacional, minimizando os custos do transporte de longa distância e interligando as regiões Norte e Nordeste com o Sul e Sudeste, por meio das conexões ferroviárias, rodoviárias e fluviais. (BRASIL, 2012, s/n).

O corredor Centro-Norte pode ser descrito por dois eixos de integração: Rio Tocantins, Ferrovia Norte-Sul, Ferrovia Carajás, Porto de Itaquí (MA) e Rio Araguaia (ainda em fases iniciais), rodovias BR-153 e BR-226 entre Xambioá (TO) e Estreito (MA). Pedro Afonso (TO) e Querência (MT) são municípios localizados na área de influência desse corredor em consolidação (SILVA, 2008).

Já o corredor do Rio Madeira⁴ integra a hidrovia ao estado do Mato Grosso pela BR-364 no segmento do Entroncamento da BR-163 (Posto Gil), passando por Novo Diamantino, Itanorte, Campo

² A logística pode ser entendida como conjunto de competências matérias (infraestruturas e equipamentos relacionados ao transporte, ao armazenamento, à distribuição, à montagem de produtos industriais, aos recintos alfandegários, etc.), normativas (contratos de concessão, regimes fiscais, leis locais de tráfego, pedágios, regulações locais para carga e descarga, etc.) e operacionais (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou por operadoras logísticas) (CASTILLO, 2004; VENCOSKY e CASTILLO, 2007).

³ Por *circuitos espaciais de produção* pressupõe-se a circulação de fluxos materiais e imateriais no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, comercialização e consumo num movimento permanente. “A expansão dos circuitos espaciais produtivos torna mais complexa a gestão e o ordenamento dos fluxos materiais e imateriais, fazendo das grandes corporações os agentes privilegiados da articulação entre os lugares, ou seja, da unificação das diversas etapas, geograficamente segmentadas, da produção” (CASTILLO e FREDERICO, 2011, p.462).

⁴ “A hidrovia Madeira-Amazonas, que permite o transporte de grãos e outros insumos no trecho de 1.063 km, de Porto Velho (RO) à Itacoatiara (AM), ligando os portos do Grupo Amaggi, e de Porto Velho a Santarém (PA), no percurso de 1.623 km, que serve aos portos da Cargill, ao potencializar a produção de soja em Rondônia e no noroeste do Mato Grosso proporcionou uma (re)estruturação do uso produtivo do espaço regional funcionando como modal hidro-

Novo dos Parecis, Sapezal, Campos de Júlio e Comodoro até a BR-174; seguindo até o porto de Porto Velho (RO) e depois se prolongando para o Terminal de Itacoatiara (AM) e ao de Santarém (PA), no Rio Amazonas. Além da redução de custos de transporte de mercadorias para os mercados internacionais o projeto prevê obras de caráter energético. O projeto hidrelétrico no Rio Madeira prevê, num primeiro momento, o aproveitamento das cachoeiras de Santo Antônio – localizada à 7km de Porto Velho (RO) e da UHE de Jirau à 130 km da capital (CONAB, 2006). No que diz respeito ao Corredor de escoamento da Produção pelo Rio Madeira, destaca-se as necessidades comuns a outros corredores, como a reduzida capacidade de armazenamento nas fazendas, a forte incidência de perdas na colheita, a reduzida oferta de estradas vicinais, a ausência de redes de armazéns estratégicos e a predominância do modal rodoviário interligando as zonas de produção.

O corredor Cuiabá-Santarém (ou corredor BR-163) abrange a pavimentação de trechos da BR-163, da BR-230 até Miritituba, localizado no município de Itaituba e que recebe investimentos para a construção de um porto que já tem previsão de movimentar 20 milhões de toneladas de grãos produzidos em Sinop (MT), Lucas do Rio Verde (MT) e Sorriso (MT)⁵. Esse corredor envolve operações nos portos de Santarém (PA), Outeiro (PA), Vila do Conde (PA), Altamira (PA), Miritituba (PA) e Santana (AP) (CONAB, 2007). Vale destacar que o estado do Mato Grosso participa dos três corredores supracitados.

As grandes empresas⁶ associadas aos processos de monopolização do uso do território e, conseqüentemente, nos pontos e nós componentes das redes agroindustriais avançam sua participação no sistema alimentar globalizado (ELIAS, 2008; 2011), definindo o agronegócio como um sistema integrado: produção, armazenagem, pesquisa, ciência e tecnologia. Neste sentido, o circuito espacial produtivo de grãos é regido por um mercado abstrato e desconhecido pelos produtores, que não possuem controle dos custos de produção, já que os insumos e o preço das *commodities* são regulados pela bolsa de mercados internacional⁷. Desta feita, fica claro o domínio das grandes empresas na balança comercial brasileira, agentes mais competitivos nos circuitos espaciais de produção.

Esse processo de crescimento de cultivares dentro da lógica da agricultura moderna é acompanhado, entretanto, por uma situação de seletividade espacial. A concorrência comercial e produtiva, exacerbada nas regiões competitivas (CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010), com a gradual ocupação dos mercados de alimentos pelos estabelecimentos de maior escala e intensificação tecnológica vêm lentamente encurralando os demais produtores rurais ligados a outros processos de produção – camponesa, policultora ou extrativista (NAVARRO; CAMPOS, 2013).

rodoviário (rodovia BR-364 e hidrovía) que articulou o espaço amazônico ao fluxo do agronegócio globalizado” (SILVA, 2014).

⁵ Além disso, a pavimentação do restante da rodovia Cuiabá-Santarém, reforçando a ligação entre o Norte e as regiões centrais e Sudeste do País, trará significativas vantagens ao escoamento da produção de grãos da Amazônia Legal. A título de exercício, caso existissem idênticas condições de trafegabilidade nos trechos entre Lucas do Rio Verde e Paranaguá (PR) - Lucas e Santarém (PA), as vantagens em relação a saída para o norte do País se destacam sobremaneira. Enquanto que o roteiro para Paranaguá apresenta um custo rodoviário de R\$6.46,00 para uma carreta de 40 toneladas de soja, o deslocamento para Santarém implicaria em apenas R\$ 2.600,00. Previsões retiradas da matéria do Jornal Valor Econômico do dia 27 de março de 2013 disponível em http://www.cbic.org.br/premiodejornalismo/baixar_media2.php?file=03-27-13 - Valor - BR-163.pdf.

⁶ Vale ressaltar que tais empresas assumem conteúdos de produção direta das *commodities*, operadoras agrícolas, empresas imobiliárias no mercado de terras, fundos de investimentos financeiros – privados e estatais, empresas de insumos químicos e mecânicos para a produção agrícola e operadoras logísticas.

⁷ “as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*. Na Bolsa de Chicago se decide os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM&FBovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF- Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel” (OLIVEIRA, 2012, p.6).

Assim, os produtores tecnificados da soja corroboram com a expansão do capitalismo no campo, mesmo não sendo detentores da maior parcela do lucro do agronegócio⁸.

As relações entre as ações, os sistemas de objetos técnicos⁹ e a estrutura espacial formam um conjunto indissociável e contraditório (SANTOS, 1996). A seletividade dos espaços criada a partir de diferentes densidades dos sistemas de objetos forma um conjunto de unidades de forças e funções em que a concentração da produção agrícola está diretamente ligada a esta rede¹⁰ desigual de fixos e fluxos (SANTOS, 2009). Tal estrutura reforça a concentração de capitais, de terras, de densidade técnica e poder, corroborando com a formação de um compartimento do espaço geográfico caracterizado pela competitividade¹¹ e pela especialização produtiva (FREDERICO, 2012).

DINÂMICAS E ENTRAVES DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DE GRÃOS NA AMAZÔNIA LEGAL

O aumento da participação da soja só foi possível devido à incorporação da produção da oleaginosa nos cerrados do Centro-Norte, disponibilizando uma imensa área para a valorização do capital a partir da monopolização da terra, recurso estratégico para a acumulação de capital (ALVES, 2006). A ocupação da soja no cerrado brasileiro via “territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012, p.8).

As grandes empresas atuam nessas diversas formas: arrendando terras, controlando o preço da *commoditie*, o armazenamento, financiamento para a compra de insumos e maquinários, criando uma lógica perversa no campo. O sistema de financiamento dos produtores de soja mantido pela grande empresa privada é ilustrativo das formas de atuação desse capital, onde se realiza o circuito completo de sua valorização através da forma mercadoria. Tais empresas agem como especulador financeiro, efetuando parte da circulação de seu capital; e também como comercializadoras de matéria-prima agrícola ou de insumos e serviços necessários ao funcionamento da agricultura capitalista. Esse circuito se completa, enfim, com sua presença na esfera da industrialização e da comercialização de produtos elaborados; além do controle do sistema de logística.

⁸ Além das vantagens logísticas das grandes empresas, cerca de 50% dos custos diretos da produção, ou seja, despesas de custeio da lavoura (operação com avião, máquinas, mão-de-obra, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, despesas administrativas), despesas pós-colheita (seguro agrícola, assistência técnica, transporte externo, armazenagem) despesas financeiras (impostos, juros, encargos sociais) e renda da terra estão voltados para sementes, fertilizantes e agrotóxico – componentes vendidos pelas grandes empresas como ADM, Cargil, Monsanto, Syngenta, Bunge Alimentos, Multigrain, DuPont Pioneer (CONAB, 2013).

⁹ Sobre objetos técnicos ver ANTAS Jr, 2005, p. 62-63; BECKER, 2007, BERNARDES e FREIRE FILHO, 2005; 2009; ELIAS, 2003; SANTOS, 1979; 1993; 1994; 2004.

¹⁰ “O estudo genético de uma rede é forçosamente diacrônico. As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. Mas essa sucessão não é aleatória. Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica. A reconstituição dessa história é, pois, complexa, mas igualmente ela é fundamental, se queremos entender como uma totalidade a evolução de um lugar” (SANTOS, 2006, p.177).

¹¹ De acordo com Castillo (2011, p.334), a competitividade é uma forma de produzir a custos cada vez menores e obedecendo a padrões internacionais de qualidade, alcançados pela superexploração da força de trabalho, pelo uso indiscriminado dos recursos naturais (vantagens comparativas) e pela criação de condições materiais organizacionais (aprofundamento da especialização regional), ainda que isso não traga nenhum benefício para as populações locais.

É neste contexto que a produção da soja cresce no país, em que a lógica da apropriação e da concentração fundiária aumenta sob a influência dos atores hegemônicos. O Centro-Oeste concentra a maior parte das áreas, sendo o Mato Grosso (que representou 26,01% da produção em 2013) o maior produtor do grão no Brasil (CONAB, 2013).

Além de concentrar a maior parte da produção nacional, o Mato Grosso, em especial a região centro-norte do estado, possui uma alta densidade de aparatos técnicos voltado não somente a produção, insumos químicos e mecânicos, mas também objetos ligados à outras atividades do circuito, como processadoras de solvente e refinarias. Tal situação difere-se das outras unidades federativas que participam do circuito, com exceção do Maranhão¹².

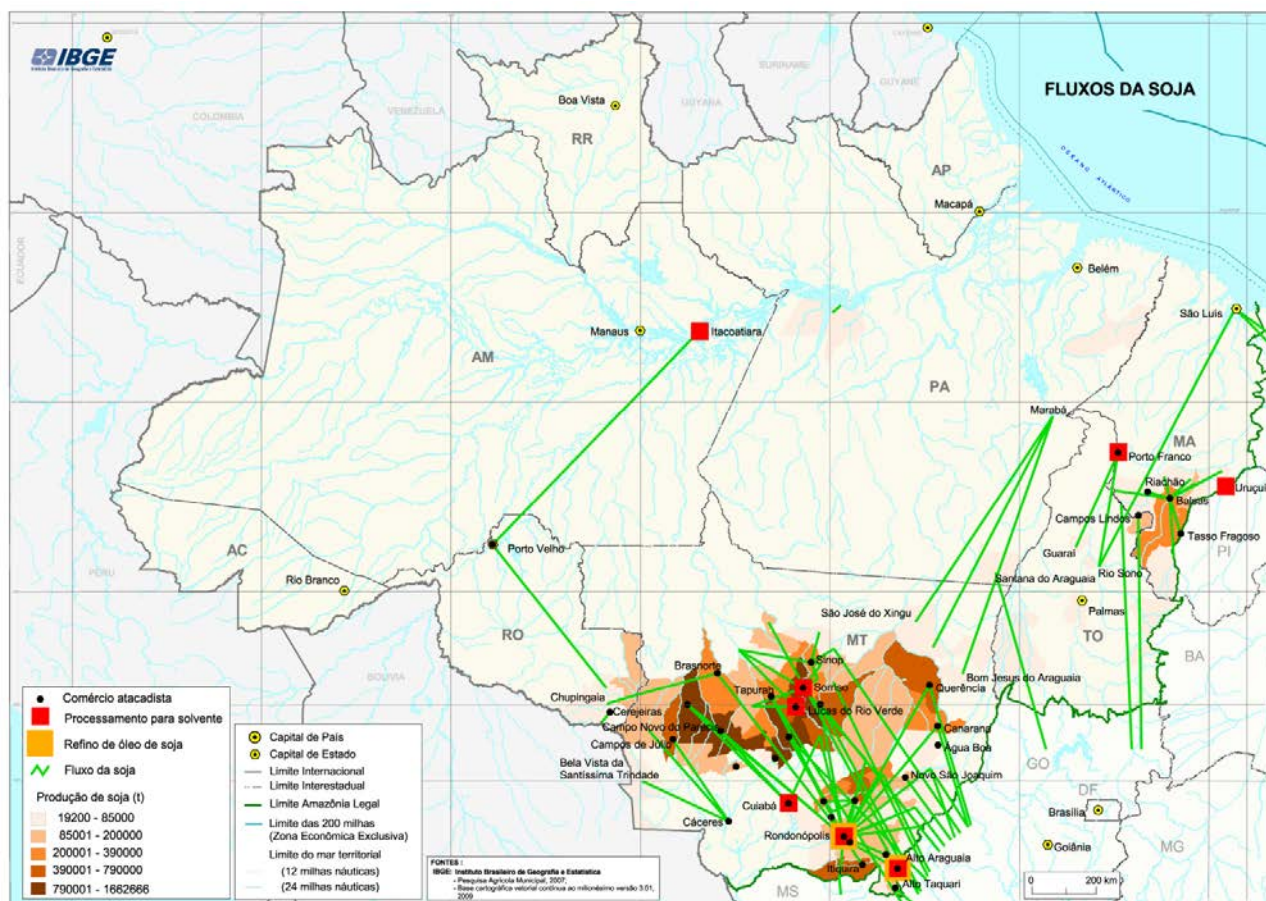
A posição estratégica, ao longo da rodovia BR-163 confere uma função de polarização regional, possibilitando a concentração de algumas agroindústrias (serrarias, laticínios, usinas de álcool e beneficiamento de arroz) e indústrias domiciliares de caráter local e regional. Vale registrar a presença de consórcios municipais, nova forma de organização de agentes sóciopolíticos na Amazônia, em que se sobressai o Estado de Mato Grosso. Enquanto a maioria dos Estados da Amazônia Legal tem apenas uma associação, o Mato Grosso possui dezenas, com a Associação Mato-Grossense de municípios envolvendo quinze consórcios intermunicipais, que buscam unir esforços para atrair investimentos e se inserir de forma cada vez mais atrativa ao agronegócio.

Em linhas gerais, grande parte do território do Estado de Mato Grosso apresenta atividades econômicas diversificadas e estruturada, com infraestrutura de apoio à produção modernizada e um setor de serviços e de comércio bem desenvolvido. Esse espaço adquire importância marcante por sua participação no processo geral de transformação territorial do Brasil e, especificamente, no que tange as mudanças ocorridas no uso da terra, no qual a expansão/intensificação da agropecuária acaba influenciando a dinâmica territorial da Amazônia. Os municípios de Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde possui uma agricultura desenvolvida com uso intensivo de tecnologia e capital, associadas predominantemente aos médios e grandes estabelecimentos.

Já a cidade de Vilhena - RO assume o comando e a gestão da produção de soja. Os equipamentos urbanos são acrescidos de agências bancárias, cooperativas de créditos, lojas especializadas em prestação de serviços tecnológicos que ajudam a construir uma solidariedade organizacional do capital (ELIAS, 2003), a partir de um espaço ligado tanto ao consumo produtivo quanto ao consumo consuptivo.

Mapa 1: Fluxos da Soja na Amazônia Legal (2009)

¹² Uma unidade esmagadora da Granol está instalando no Tocantins, no município de Aguiarnópolis. <http://conexaoto.com.br/2011/07/27/granol-investira-r-380-milhoes-na-primeira-esmagadora-de-soja-do-tocantins>. No caso do Tocantins, os dois destinos principais da soja tocantinense são o esmagamento para mercado interno e exportação in natura. A exportação pelo Porto do Itaqui em São Luís (MA) via ferrovia Norte-Sul é o percurso mais representativo. Como a ferrovia apresenta diversos pontos de estrangulamento, tais trechos são feitos pelo modal rodoviário. Apesar da utilização majoritária do escoamento da produção para exportação estar conectada aos corredores Norte-Sul, outra rota utilizada é o Porto de Salvador (BA).



Embora o número de empreendimentos (agropecuário) a frente de tais atividades ligadas à agricultura moderna de grãos seja pequeno (4348), seu poder sobre os territórios em que estão inseridos é enorme. Controlam parcelas crescentes de áreas antes devolutas, públicas e também de áreas onde as formas não-capitalistas de produção baseada no trabalho familiar e voltada ao mercado local/regional predominam. O último Censo Agropecuário contabiliza que cerca de 59 % da área recenseada esteja sob o controle da agricultura empresarial. (i.e, estabelecimentos com área superior a 1000hectares).

O Censo Agrícola do ano de 2006 também aponta que o ritmo que a soja assume nestas paragens e as alterações daí decorrentes no perfil destas áreas mais recentemente incorporadas pela fronteira agrícola moderna possuem diversos impactos no perfil produtivo, percebendo-se uma crescente e preocupante especialização, além do abandono de outras culturas temporárias¹³. Por fim, a pecuária continua como opção inabalável de investimento, seja qual for o perfil do criador, pequeno médio ou grande¹⁴.

No que se refere a propriedade, inúmeros aspectos chamam atenção: a redução drástica dos não proprietários (ocupantes, parceiros e arrendatários) em 51%, e da força de trabalho, em geral, em 15%. O número de minifúndios (menos de 10 hectares) continua altíssimo (278 mil), apesar de uma redução drástica ocorrida (33%) (BUAINAIN et. al., 2014).

¹³ Em Lima (2014), é possível acompanhar o crescente domínio da soja no perfil agrícola dos municípios tocantinenses de Campos Lindos e Pedro Afonso entre os anos de 1993 e 2012.

¹⁴ Ver LIMA, 2014, p.52-61.

No circuito espacial produtivo de grãos, em especial soja e milho, a terra assume novos conteúdos, não necessariamente atrelados à sua característica produtiva. Além disso, a dinâmica produtiva centralizada no cultivo da soja para exportação encontra novos gargalos logísticos (i.e, o escoamento da produção da entressafra do milho); mostrando a fragilidade dos lugares que assumem conteúdos específicos no circuito produtivo frente à acumulação de capitais das grandes empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do capitalismo no campo criou a expansão de setores industriais e de serviços, tendo como resultado uma economia agrária que é progressivamente influenciada pela ação de fatores internos e externos que revelam, entre outros fenômenos, a expansão da mentalidade capitalista no campo. A natureza se torna externa ao homem, não tendo um valor em si, mas constituinte de uma reserva de recursos a serem explorados – como consumo ou meio de produção. Com a ação do capital em escala mundial e a grande mobilidade dos capitais ao redor do mundo, a agricultura globalizada permite formas mais eficazes de produção, baseada na produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro¹⁵ e nos monopólios mundiais, diminuindo até mesmo a dependência dos fatores naturais na atividade.

A acumulação do capital é um processo geográfico à revelia da reorganização espacial. O uso de meios técnicos modernos especializados para a produção agrícola, além da possibilidade de uma rapidez no transporte de mercadorias até as fábricas de beneficiamento e portos exportadores (ALVES, 2009) estão localizados de forma seletiva e desigual no território, em que o Estado faz a mediação destes aparatos, sejam públicos ou privados.

É importante ressaltar que tanto a acumulação primitiva do capital como a reprodução do capital são imanentes ao processo de avanço da sociedade capitalista a partir de um movimento dialético: a acumulação primitiva tem como fundamento a espoliação e a reprodução do capital a exploração (LENCIONE, 2012). No que tange a acumulação de capital, Harvey (2004) indica que esse conceito revela outros processos, como

a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito (p.109).

O território, assim como o espaço geográfico, parte da noção de “um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos”. Esses processos políticos são responsáveis por regular a circulação do espaço, tornando-se fundamental para a compreensão do uso de território e a circulação de bens e pessoas no

¹⁵ Segundo dados do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 (BRASIL, 2012), o volume dos novos títulos do agronegócio em aberto em 31/03/2012 era de 22,3 mil contratos, como valor de R\$ 30,4 bilhões. No ano seguinte, 2013, o agronegócio foi responsável por 21,2% das empresas de capital aberto da Bovespa (BUAINAIN et. al., 2014, p. 257).

espaço. (GOTTMAN, 2012, p. 526). Desse modo, o território e seu uso permitem captar os movimentos que ocorrem no espaço, a relação entre os fluxos – características do prisma de análise dos circuitos espaciais produtivos (SANTOS; SILVEIRA, 2001). A compreensão do circuito espacial produtivo de grãos na Amazônia Legal auxilia a entender o uso do território através da dinâmica de fixos e fluxos, além de permitir identificar a situação dos lugares em relação à divisão territorial do trabalho. Além disso, o estudo dos circuitos espaciais produtivos permite “apreender o embate estabelecido entre uma lógica dos territórios e uma lógica das redes. Esse conceito encontra seu pleno sentido num campo semântico que envolve as idéias de divisão espacial do trabalho (MASSEY, 1995), divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1996), especialização regional produtiva (SANTOS, 1994), círculos de cooperação no espaço (SANTOS, 1994), competitividade regional (GIORDANO, 1999), formação sócio-espacial (SANTOS, 1977), formação territorial (MORAES, 2000), desenvolvimento geograficamente desigual (SOJA, 1989; SMITH, 1988), entre outras.” (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p.468).

No âmbito do circuito espacial produtivo de grãos, as grandes empresas atuam em diversas formas de acumulação de capital: arrendando terras, controlando o preço da *commoditie*, o armazenamento, financiamento para a compra de insumos e maquinários, criando uma lógica perversa no campo. O sistema de financiamento dos produtores de soja mantido pela grande empresa privada é ilustrativo das diversas formas de atuação desse capital, onde se realiza o circuito completo de sua valorização. De acordo com Moares e Costa (1987), a valorização capitalista do espaço realiza as determinações gerais do modo de produção capitalista, construindo territórios únicos, onde através do desenvolvimento técnico, se agrega cada vez mais trabalho morto. O que há é a redefinição do valor dos lugares. Nestes termos a valorização capitalista do espaço é a própria valorização do capital.

Tais empresas agem como especulador financeiro, efetuando parte da circulação de seu capital; e também como comercializadoras de matéria-prima agrícola ou de insumos e serviços necessários ao funcionamento da agricultura capitalista. Esse circuito se completa, enfim, com sua presença na esfera da industrialização e da comercialização de produtos elaborados aliado ao controle do sistema de logística; tornando lugares cada vez mais vulneráveis a lógica do mercado hegemônico global.

A produção de *commodities* agrícolas expande-se na Amazônia Legal, reconfigurando-se em uma região produtiva altamente competitiva. As políticas públicas e privadas de investimentos para a instalação de novos sistemas de fixos e fluxos e os estímulos à ocupação agrícola moderna capitalista configurada em monoculturas de grande escala avançam com fortes impactos territoriais nos eixos de penetração do Mato Grosso, a partir da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no sudeste do Pará, no centro-leste do Tocantins e no sul de Rondônia e do Maranhão. Desta feita, faz-se necessário compreender as dinâmicas de inserção de tais espaços seletivos da Amazônia Legal e suas funções frente à consolidação de dinâmicas hegemônicas cada vez mais perversas no campo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vicente E. L. . **As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins**. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO Filho, José Bertoldo. (Org.). **A territorialidade do capital**. Geografias da soja II. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009, v. , p. 151-175.

ANTAS JR., R. **Território e Regulação** - espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas, 2005.

BERNARDES, J. A. & FREIRE FILHO, O.(orgs.) **Geografias da Soja: A Territorialidade do Capital**. Rio de Janeiro. Arquimedes Edições, 2009.

BERNARDES, J. A. & FREIRE FILHO, O.(orgs.) **Geografias da Soja: BR-163: Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro. Arquimedes Edições, 2005.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 7.378, de 1º de Dezembro de 2010**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **AliceWeb**: Sistema de Análise das Informações de Comércio exterior. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC**: Plano de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **BIT**: Banco de Informações e Mapas de Transportes. Disponível em:<<http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/pnlt.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar (PLP) 228/2012**, de 26 de março de 2014.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CASTILLO, R. **Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros**. In: Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas. Outras Expressões. São Paulo, 2011.

CASTILLO, R. A . **Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro**. Investigaciones Geográficas. Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, México DF, n. 55, p. 79-96, 2004.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento**: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Sociedade & natureza (UFU. Online), v. 22, p. 461-474, 2010.

CONAB. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Situação da armazenagem no Brasil**. Brasília, 2006.

CONAB. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Corredor Centro-Norte**. Brasília, 2005

CONAB. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Corredor Rio Madeira**. Brasília, 2006.

CONAB. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Corredor BR-163**. Brasília, 2007.

ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, ANPUR, v.13, n.2. 2011.

ELIAS, D. **Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XII, núm. 270 (74), 2008.

ELIAS, D. **O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional**. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.. 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, v. , p. 49-66, 2007.

ELIAS, D. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (03), 2006.

ELIAS, D. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Revista NERA Presidente Prudente. Ano 9, no 8, jan/jun, p-29-51, 2006.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo. Edusp, 2003.

FREDERICO, S. **Agricultura Científica Globalizada e Fronteira Agrícola no Brasil**. Confins (Paris), v. 17, p. 1-17, 2013.

FREDERICO, S. **Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas**. Geografia (Rio Claro. Impresso), v. 37, p. 5-18, 2012.

FREDERICO, S. **The modern agricultural frontier and logistics: the importance of the soybean and grain storage system in Brazil**. Terrae (Online), v. 8, p. 24-32, 2011

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LIMA, D. A. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

LOCATEL, C. CHAPARRO, J. **Panorama de la agricultura informatizada en Brasil**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170 (17). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-17.htm>> Acessado em 12/02/2014.

SILVA, C. A. F. **Corporação e agronegócio da soja na Amazônia**. Acta Geográfica (UFRR), v. 3, p. 29-40, 2008.

MORAES, A. C. R.; COSTAS, W. M.. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

SILVA, R. G. da C. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia**. GEOUSP: espaço e tempo, v. 18, p. 298-312, 2014.

TOZI, F. **Geografias da Desigualdade: Uso do Território Brasileiro e Fome**. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). Território brasileiro: Usos e Abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003, v., p. 495 – 507.

[VENCOVSKY, V. P.](#); CASTILLO, R. A. **Sistema ferroviário pós-privatização e fluidez corporativa: o movimento de produtos agrícolas no território brasileiro**. Geosp, v. 21, p. 119-134, 2007.

Sites consultados

<http://www.abiove.org.br/site/index.php>

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/preco-do-milho-favorece-producao-de-etanol-no-interior-de-mt>

<http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/07/milho-tem-preco-abaixo-do-custo-de-producao-e-do-valor-minimo-em-mt.html>

<http://www.imea.com.br/>

<http://www.sindicatoruraldesorriso.com.br/>